



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Telesíntese

Oi afirma que decisão do TCU sobre bem reversível não impacta o negócio

Para a concessionária, a decisão do TCU, que manteve o entendimento de que os bens reversíveis são aqueles essenciais à prestação do serviço de telefonia fixa, não "constitui fato novo capaz de impactar os negócios". A empresa admite ainda que a dívida poderá ser maior, pois há faturas ainda não somadas e deverá somar mais R\$ 2 bi.

Em fato relevante publicado tarde da noite de ontem 18, a Oi se manifesta, por determinação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sobre diferentes informações publicadas pela imprensa ao longo da semana. Entre elas, sobre a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os bens reversíveis, e a informação publicada em primeira mão pelo Tele.Síntese sobre uma diferença de R\$ 10,5 bilhões em seu patrimônio, apurada entre os anos de 2011 e 2013.

Em seu posicionamento, a Oi afirmou que entende que a decisão " não constituiria fato novo capaz de impactar seus negócios ou valores mobiliários." E ressaltou que na verdade, a apuração é uma relação entre dois entes do Estado -nesse caso TCU e Anatel – e que sequer foi notificada sobre o tema. " Trata-se, portanto, de processo de apuração de atuação da Agência no exercício de suas funções legais, no qual as empresas não são partes do processo e não são chamadas a dele participar."

E diz ainda que informa anualmente à Anatel a sua relação de bens reversíveis ou não, e quando solicitada também manda a lista novamente, além de informar trimestralmente a agência sobre a troca de equipamentos.

Novos Sócios

A companhia reitera ainda que já é pública a sua intenção, nesse processo de reestruturação da dívida, de trocar parte dela por participação na empresa, o que vai significar mudança na sociedade.

" Ainda sobre este assunto, é importante destacar que, também no Fato Relevante de 17/06/2016, ficou claro que não era possível assegurar a continuidade ou os resultados das negociações entre a Oi e o comitê de credores liderados pela Moelis & Company (" Comitê de Credores"). Nesse sentido, não houve até o momento qualquer decisão ou acordo sobre os termos de uma proposta de transação entre a Oi e o

Comitê de Credores, embora a Companhia continue buscando manter um canal ativo de conversas com seus principais credores., diz a empresa em sua nota.

Garantia

A Oi não estava conseguindo renovar o seguro-garantia para as suas operações de celular, o que poderia colocar em risco as suas frequências, se não fizesse o depósito em dinheiro vivo da caução, no valor de R\$ 104 milhões à Anatel. A Justiça do Rio acabou acatando o argumento da operadora e liberando a empresa de fazer o seguro, até que a Anatel comprove o que já foi cumprido das metas de cobertura dos editais anteriores.

A operadora confirma no fato relevante, que a " omissão" da Anatel dificulta a empresa a obter esse seguro. Ela afirma: " em linha com o indicado na manifestação da Oi, reconhecida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em parecer favorável ao deferimento do pedido, a mora da Anatel com relação ao ato que formaliza o abatimento impede a quantificação do valor da nova garantia a ser oferecida" .

Aumento da Dívida

Por fim, a concessionária admite que poderá haver novas faturas ainda não processadas até o dia 20 de junho, quando foi pedida a recuperação judicial, o que poderá sim, representar aumento de sua dívida, que já está na estratosfera casa de R\$ 64,5 bilhões. Comenta-se que serão mais R\$ 2 bilhões, pelo menos.

Diz a nota: A " companhia esclarece que está avaliando eventuais notas fiscais que não tenham sido processadas até o dia 20 de junho, data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial das Empresas Oi, com vistas a atualizar a lista completa de credores das Empresas Oi. Contudo, tal levantamento ainda não foi concluído, de forma que não é possível à Companhia informar o valor atualizado da dívida."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/07/2016 - Convergência Digital

Governo Temer quer fazer projeto próprio para dados pessoais

A terceira proibição judicial do WhatsApp praticamente coincidiu com a decisão do governo interino de retirar a urgência constitucional do projeto de lei 5276/16, que trata da proteção de dados pessoais, conforme informou o líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE).

O projeto - o último apresentado pelo Governo Dilma - trata da proteção de dados pessoais. O texto mantém algumas premissas básicas que já vinham alinhadas, como o uso dos dados somente com autorização e atrelado a finalidades específicas, além da criação de uma autoridade nacional para regular e fiscalizar o tema.

A decisão do governo interino de retirar a prioridade começa a se explicar com o anúncio feito pelo ministro da Justiça do governo interino, Alexandre Moraes, que o governo estaria redigindo um Projeto de Lei para regulamentar o uso de aplicativos como o WhatsApp, para tentar encontrar um meio termo - com a liberação de dados pela OTT à Justiça, fato que a empresa do Facebook diz não ser possível fazer por conta da criptografia. Essa legislação poderá ser a base para proteção de dados pessoais na gestão Temer.

Encontrar um meio termo é de fato uma urgência para o Brasil, admite o coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da FGV Direito Rio, Daniel Vargas. "Se houvesse uma autoridade de dados, como se projetou no PL de Dados Pessoais, o cidadão teria seus direitos mais protegidos. O Estado tem os interesses dele. As empresas idem. O cidadão precisa ter quem o defenda", salienta.

Vargas observa que é indesejável que um juiz com uma 'canetada' prejudique milhares de pessoas, mas é preciso também que o WhatsApp respeite a legislação do país onde está atuando. "A tecnologia pode transformar o impossível em possível. É preciso encontrar uma solução que não será a perfeita, mas esse não é um problema só no Brasil. O embate FBI x Apple já foi

um capítulo relevante da questão da criptografia".

Para o coordenador do CTS da FGV Direito Rio, o episódio WhatsApp revela que há um mundo novo impactando um mundo velho e há uma forte tensão entre os atores desses 'mundos'.

"Os dados são um tema sensível à nova economia. É preciso uma governança e, de novo, aqui desponta a necessidade de uma gente que regularia e atuaria para proteger essas informações", completa.

Desproporcionalidade

Na visão do vice-presidente de Estratégias da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - camara-e.net, Leonardo Palhares, houve uma desproporcionalidade na aplicação da lei no caso da suspensão do WhatsApp. "Há outras maneiras legais de conseguir informações sem que milhões de pessoas que não estão envolvidas diretamente na prática do alegado crime sejam afetadas. Não se pode afetar milhares de pequenos negócios que usam o aplicativo", afirma.

O criminalista Fernando Augusto Fernandes, sócio do Fernando Fernandes Advogados, por sua vez, sustenta que nenhum juiz tem o poder de impedir a comunicação de milhares de pessoas que não estão em sua jurisdição. Segundo ele, o máximo que essa autoridade poderia fazer era arbitrar multa financeira que pode ser revisada pelas instâncias judiciais.

"É mais um ato em que o Judiciário brasileiro expõe a insegurança jurídica nacional, que é hostil ao empresariado, ao mercado e aos direitos individuais. O FBI moveu todos os esforços para a Apple quebrar a criptografia do iPhone e não se viu o CEO da empresa ser preso por causa disso", complementa Fernandes.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Telesíntese

Anatel envia lista com 40 empresas para administrar recuperação da Oi, mas destaca quatro

Agência sugere a juiz verificar se Deloitte e PwC, por prestarem serviços à Oi, podem de fato ser indicadas como possíveis administradoras judiciais. Conforme antecipou o Tele.Síntese, em sua edição do dia 04 de julho, a agência decidiu mandar a lista completa dos inscritos e não apenas uma relação de cinco empresas, como havia pedido o juiz.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) entregou à Justiça do Rio de Janeiro lista com mais de 40 propostas de empresas para administrar a Oi enquanto estiver em recuperação judicial, conforme antecipou o Tele.Síntese, em sua edição do dia 04 de julho. Do total, porém, destacou quatro: Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial; Consórcio BDOPRO; Deloitte Touche Tohmatsu Consultores; e PriceWaterhouseCoopers Assessoria Empresarial.

Como as duas últimas, Deloitte e PwC, já prestam ou prestaram no passado recente, serviços de auditoria à concessionária brasileira, a Anatel recomendou ao juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, titular da 7ª

Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, verificar se a indicação é possível.

O juiz determinou que a agência escolhesse até cinco empresas para supervisionar a recuperação judicial da Oi. A agência convocou interessados na última semana, tendo recebido mais de 40 propostas. "O Conselho Diretor decidiu hoje encaminhar a lista completa de interessadas e demais informações obtidas pela Agência no procedimento seletivo para servirem como subsídio à livre e autônoma escolha do futuro administrador judicial pelo referido Juiz, com a recomendação de quatro candidatos", explica.

19/07/2016 - Instituto Telecom

Não há risco de caducidade de outorgas da Oi por falta de garantias, diz Anatel

A Anatel, informou, nesta sexta-feira, 15, que não há processo instaurado contra a Oi com vista à aplicação de caducidade de outorgas decorrente de não apresentação de garantias relacionadas ao cumprimento de cobertura. Ou seja, não há risco do serviço móvel da Oi ser interrompido, mesmo com o vencimento das garantias antigas, previsto para os próximos dias.

A afirmação da agência diz respeito à decisão do juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que acatou ontem pedido da operadora em recuperação judicial para que a Anatel não exija, na renovação do Termo de Autorização do serviço, garantias para compromissos de abrangência até que seja apontado o novo valor a ser dado, o que dependerá da verificação dos compromissos já executados. Para o magistrado, não

tendo, até o momento, sido reconhecida a realização dos compromissos já anuídos pela concessionária, o que caberia ao órgão fiscalizador, "não poderá este exigir qualquer garantia em razão da renovação".

Por meio de nota, a Anatel disse que tem conhecimento de que esse questionamento foi apresentado pelo Grupo Oi ao juiz responsável pelo processo de recuperação judicial e se manifestará sobre o assunto no momento processualmente adequado, se for o caso. Mas não se manifestou sobre o atraso da comprovação dos compromissos de cobertura.

Em relação à telefonia fixa prestada no regime público, a agência ressaltou que há acórdão da Anatel do ano passado suspendendo a exigibilidade da apresentação das apólices de seguro garantia até que seja encerrada a revisão contratual em trâmite.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Vermelho

Paulo Kliass: A Petrobras e o golpe da privatização

Se comprar a Petrobras já significa um grande negócio em qualquer circunstância, essa avaliação fica ainda mais tentadora em uma conjuntura de crise.

A conjunção da crise política e da crise econômica ao longo dos últimos tempos tem contribuído para provocar uma preocupante paralisia nas atividades do conjunto do setor público brasileiro. Em particular, ganha destaque o caso de nossa maior empresa estatal, a Petrobrás.

As denúncias e as investigações associadas à Operação Lava Jato somaram-se ao aprofundamento das dificuldades globais enfrentadas pelo setor petrolífero. A maior preocupação dos que operam no setor vem do movimento empreendido pelos países produtores, liderados pela Arábia Saudita, forçando a redução do preço dessa importante "commodity" nos mercados mundiais. Isso significou uma perda significativas de suas receitas.

No caso específico do Brasil, além disso, pesam negativamente as medidas envolvendo as empresas da construção civil e demais fornecedoras e/ou parceiras da Petrobras. Esse quadro geral de certo imobilismo na tomada de decisões estratégicas compromete a gestão do presente e prejudica muito também as opções de investimento futuro. Com isso, estamos reduzindo nos dias de hoje a dimensão da empresa de amanhã.

A profunda politização do debate em torno da empresa acabou por ser refletida em uma campanha orquestrada pelo financismo e pelos grandes meios de comunicação, com o objetivo de desgastar os governos Dilma e Lula. Além disso, esse movimento tem por objetivo explícito a redução da credibilidade da empresa e a intenção de promover a desvalorização do próprio patrimônio da Petrobrás.

Contra o catastrofismo: recorde de produção

No entanto, a força da realidade acaba jogando contra as tentativas liquidacionistas. As informações oferecidas pelas áreas operacionais da empresa insistem em desmentir as versões dos arautos do catastrofismo, sempre de plantão. O fato é que, não obstante a crise financeira indiscutível e as dificuldades enfren-

tadas, a Petrobras continua batendo todos os recordes da produção pela exploração de suas reservas.

O relatório de junho traz as estatísticas a respeito da produção de óleo e gás, anunciando que a empresa alcançou um novo valor máximo em sua atividade exploratória. No período de um mês, verificou-se uma produção média de 2,9 milhões de barris de óleo equivalente por dia (petróleo e gás natural). Com isso, foi ligeiramente superada a cifra anterior de agosto de 2015, quando a marca havia sido de 2,88 milhões. Outro aspecto relevante é que mais de 30% dessa quantidade vêm das fontes do pré-sal.

Assim, as perspectivas futuras de nossas reservas são bastante promissoras, uma vez que a cada novo período entram em operação novas instalações implantadas nessa estratégica região das águas profundas de nossa costa. Ainda que a redução atual dos preços do barril não estimule muito novos investimentos nesse tipo de jazida, é inegável que a demanda futura mundial por essa fonte energética ainda assegura uma receita imprescindível para o futuro de nosso País.

OPEP reconhece a produção do Brasil

No entanto, toda cautela é necessária para operar em mercado tão marcado pela especulação e pela volatilidade. Em 2003, por exemplo, o barril estava na casa de US\$ 30. Iniciou uma escalada de elevação, que foi muito acelerada pela demanda chinesa e associada ao crescimento da economia em escala global. Chegou a superar a marca dos 130 dólares à véspera da crise de 2008. Para os que acompanhavam de perto o setor, tratava-se de uma bolha especulativa nítida e clara. Tal tendência altista não seria sustentável no tempo. Com a redução do ritmo da economia mundial, os preços baixaram e agora se situam no patamar de US\$ 45.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/283873-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Sintetel - 19/07/2016

Vivo anuncia nova reestruturação; Sintetel negocia pacote de benefícios

Em continuidade ao processo de adaptação à fusão com a GVT, a Vivo apresentou ao Sintetel um novo plano de reestruturação da empresa. O RH informou que ainda há a necessidade de eliminar alguns cargos sobrepostos.

No estado de São Paulo será necessária a redução de aproximadamente mil postos de trabalho duplicados da área administrativa. Por outro lado, a empresa informa que tem projetos de internalizar serviços executados por empresas terceirizadas e aumentar a contratação de trabalhadores da área de campo e de teleatendimento.

Para efetuar a redução necessária em seu quadro de trabalhadores, a empresa abrirá um novo Processo de Demissão Voluntária (PDV). Com o intuito de minimizar o impacto econômico dos trabalhadores envolvidos nesse processo, o Sindicato negociou um pacote de benefícios com avanços em comparação do PDV do ano passado.

Veja como ficou:

- Doação do aparelho celular;
- VA/VR: não desconto do valor residual no mês de desligamento;
- R\$ 1.533 referente ao auxílio-creche/babá/dependente com deficiência por filho que recebe atualmente;
- Plano de Saúde (oriundos Vivo): extensão de 120 dias da assistência médica por meio de adesão à Lei 9656;

TEMPO DE CASA	Nº SALÁRIOS
<i>em anos*</i>	
00-05	1
06-09	2
10-14	3
15-16	5
17-18	6
19-20	7
21-22	8
23-24	9
Acima de 25	10

- Plano de Saúde (oriundos GVT): extensão de 60 dias da assistência médica.

O Sindicato, por princípio, é contra demissões. Entretanto, diante de um processo irreversível como a fusão de empresas, na qual há sobreposição dos cargos, buscou ao máximo uma alternativa para minimizar o impacto na vida dos trabalhadores.

O período para inscrição é de 21 a 25 de julho. Mais informações serão divulgadas pela empresa. Vale lembrar que cada caso será analisado pelo RH, o pedido poderá ou não ser aceito e todos receberão uma resposta sobre a solicitação.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Altamiro Borges

Fantástico falseia a reforma da Previdência

O Fantástico exibiu neste domingo, 17, uma longa reportagem sobre o que eles chamaram de “rombo” da Previdência Social. A única coisa que a matéria deixou claro foi que a TV Globo – e outros órgãos da mídia tradicional – vai continuar manipulando as informações para tentar justificar a retirada de direitos da classe trabalhadora.

O interino Temer está discutindo o aumento da idade mínima para aposentadoria e redução do valor dos benefícios. A mídia, que faz o jogo do mercado, e as instituições financeiras, interessadas em vender planos de previdência privada, aprovam a medida.

Eles insistem no velho e falso argumento de que há déficit da Previdência e que, para equilibrar as contas, é preciso mudar as regras da aposentaria. Isso é um mito. A Constituição brasileira definiu três fontes de financiamento previdenciário: as contribuições de empregados, dos empregadores e a parte bancada pelo Tesouro Nacional. Essa terceira fonte legal de financiamento é sempre ignorada pelos defensores da reforma. Como eles tiram do cálculo os recursos provenientes do Tesouro, em 2015 ficou um rombo de R\$ 85 bilhões. Isso está errado!

Além disso, legalmente não existe conta da Previdência separada do Orçamento da Seguridade Social, como expliquei recentemente nesse blog (aqui).

Outra balela é dizer que o Brasil é um dos poucos



países que não tem idade mínima para aposentadoria. Desde 1998, a idade mínima para os/as trabalhadores/as urbanos se aposentar é de 65 anos para os homens e 60 anos no caso das mulheres com 60 anos. Isso, desde que tenham contribuído durante pelo menos 15 anos. Detalhe, cerca de 53% das aposentadorias concedidas no Brasil são por idade, dado que a matéria obviamente esconde.

A repórter ou a produção poderiam ter lido a cartilha do Sindicato dos Bancários de São Paulo ([clique aqui](#)), que explica de forma clara tudo sobre Previdência Social.

A matéria menosprezou a sonegação de impostos previdenciários e usou um dado errado – R\$ 26 bilhões de sonegação. Estudo do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) mostra que a sonegação da Previdência em 2015 foi de R\$ 103 bilhões ([clique aqui](#)), valor mais do que suficiente para cobrir o suposto déficit.

A Previdência Social, patrimônio do povo brasileiro, é o maior programa social do país, inclui distribui renda, garantindo a sobrevivência de cerca de 90 milhões de pessoas, que consomem e geram renda para comércio, indústria e agricultura, fazendo a economia girar.

*** Vagner Freitas é presidente nacional da CUT.**